

CONEXÃO CAPIVARA



Fabrício Carareto, Maria Elena Covre e Beck

“Governador Márcio França estuda tirar Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública e colocá-la na alçada da pasta da Justiça”

ANÁLISE PM de um lado, Civil de outro

O ainda fresco governador de São Paulo e candidato à reeleição, Márcio França (PSB), tirou da manga mais uma típica promessa da safra pré-urna. E com garantia de muito barulho. Ele estuda, segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo desta sexta, 13, tirar a Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública, sob a qual se acomoda também a Polícia Militar.

Pela ideia preliminar ventilada, a Civil passaria a integrar a pasta da Justiça, enquanto a Polícia Militar fica onde está, mas com uma espécie de tonificante para o seu ego. Isto porque a segurança, no novo formato teria, necessariamente, no seu comando um alto oficial da PM.

Balão de ensaio ou não, uma vez que tudo foi apresentado até aqui no plano das possibilidades, o fato é que a proposta de França soa como músi-

ca aos ouvidos de boa parte dos delegados da Polícia Civil, que gosta muito do status de polícia judiciária.

“Esta mudança é vista com bons olhos pelas nossas entidades de classe, porque a legislação diz que a atribuição da Polícia Civil é fazer o trabalho de polícia judiciária. É este trabalho investigativo que permite que o poder Judiciário aplique a lei. Antes do crime, a competência é da PM. Depois do crime, a competência de investigar é da Civil. Quando se conclui a investigação, vem a atuação do Judiciário. Por isso, as entidades de classe entendem que nossa atividade está muito mais próxima do Judiciário que da PM, que divide conosco a Secretaria de Segurança”, argumenta o vereador e delegado Renato Pupo (PSD), que integra a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

Para Eder Galavotti, também delegado e representante da categoria, a ideia é “interessante e de vanguarda”. Segundo ele, no geral tem o apoio dos delegados mais novos e alguma resistência dos mais antigos, que se fiem em uma postura mais conservadora.

“A verdade é que há tempos a Polícia Civil de São Paulo vem recebendo pouco investimento. Isso provocou o tal sucateamento e déficit nos quadros. A Polícia Civil exerce uma atividade que vai além da segurança pública, pois integra o sistema criminal. Penso que a mudança é uma forma de o governo administrar melhor, atendendo especificidades de cada instituição que em nada prejudicará o trabalho integrado das polícias”, afirma Galavotti.

Na PM, as opiniões ainda são mais cautelosas, embora os defensores da mudança no governo acreditem que o novo formato seria uma forma de valorizar a autoestima dos integrantes, que nunca se sentiram à vontade tutelados por um representante da sociedade civil. O próprio comando na ativa não se manifesta publicamente.

O vereador Jean Charles (MDB), coronel da PM aposentado, tem um olhar um tanto crítico em relação à proposta. Na opinião dele, é simplista demais achar que apenas mudanças de comandos das duas instituições possam ser vistas como políticas de segurança pública. “A questão da segurança pública é muito mais profunda. A polícia é uma pequena

fração de um todo que envolve legislação, educação, sistema prisional, além de vários outros fatores. Como isso muda de fato na vida do cidadão? Uma mudança desta natureza apenas é inócua”, diz ele.

Independentemente das opiniões, França vem se revelando estratégico ao impor mais uma pauta no debate eleitoral. Jogou a polêmica no ar para observar que direção toma, além de obrigar seus adversários a se posicionarem. O assunto rende. Politicamente é um gol. Do lado de quem debate segurança pública, a medida é vista como recuo, uma vez que revela mais uma vez a falta de disposição de se a colocar a mão no vespeiro que é a história de integração das polícias, um tema relevante, mas que tira voto.

ELEVAÇÃO ESPIRITUAL

Como era de se esperar, Jean Dornelas (PRB) se disse indignado com a iniciativa da Mesa Diretora de ir à Justiça para derrubar decreto de sua autoria que cria “títulos honoríficos” de líder comunitário e estagiário voluntário – quatro novos assessores para cada um dos 17 gabinetes. “Essa celeuma evidencia um desinteresse em querer implantar o bem. Não há designação de cargo ou função. A Mesa Diretora se preocupar com isso? Está aprovado e tem de respeitar. O problema é que tem um grupo de vereadores na Casa que não aceita perder votações. Nós precisamos de uma elevação espiritual maior”, afirmou Dornelas. O caso está em análise na Diretoria Jurídica do Legislativo, que estuda entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o decreto de Dornelas.

COMPLEXO MILIONÁRIO

O prefeito Edinho Araújo (MDB) anunciou ontem (13) a abertura de licitação para construção de novo complexo viário que deverá interligar a Capitão Faustino de Almeida, Mirassolândia e Domingos Falavina às vias que dão acesso à região Norte. De acordo com o secretário de Obras, Sergio Issas, o projeto original – elaborado pela administração de Valdomiro Lopes (PSB) – precisou ser refeito com a inclusão de seis novas alças de acesso, duas pontes, projetos de acessibilidade e iluminação ornamental. A obra é orçada em R\$ 28,3 milhões e o recurso virá de convênio com a Caixa Econômica Federal.

CONTAGEM REGRESSIVA

Saiu publicado hoje (14), no Diário Oficial, lei promulgada pelo presidente da Câmara, Jean Charles (MDB), que institui o Escola Sem Partido em Rio Preto. O prefeito Edinho Araújo estava aguardando a publicação para recorrer ao Tribunal de Justiça e tentar derrubar a legislação. Mas Edinho nem precisa correr tanto assim: o artigo 7º desta lei, que prevê a afixação de cartazes com os “Seis Deveres do Professor”, prevê que ela só entrará em vigor daqui um ano – ou seja, em abril de 2019. Mas se o prefeito demorar muito, é claro, causará chiadeira dentro da Educação, que vê o Escola Sem Partido como “mordação” ao trabalho do professor em sala de aula.

PRÓ-LULA

Um ato organizado por partidos de esquerda como PT, Psol, PCB, PCdoB e PCO marcou ontem o lançamento do que se intitula “Defesa da Democracia”. Na verdade, um termo genérico para abraçar as movimentações públicas pela liberdade do ex-presidente Lula, preso na sede da PF de Curitiba após condenação a 12 anos e 1 mês no caso Tripleix do Guarujá. Além das legendas partidárias, participaram representantes de entidades sociais e sindicais, mais artistas de várias áreas. O evento foi no Centro Cultural Vasco, ligado aos petistas.

OUTRAS ONDAS

O deputado estadual Vaz de Lima (PSDB) decidiu literalmente surfar em outras praias na busca de votos. O tucano, que nunca foi o campeão de preferência nas urnas de Rio Preto, apesar de sempre garantir votação geral mais que suficiente para se eleger, está apostando também no litoral. Passou a sexta pescando apoios em Ubatuba e Caraguatatuba, litoral norte. Com direito a live com cenário paradisíaco no Facebook. Se não render voto, já valeu o passeio.



O “MITO” E O DIABO Quem acha que futebol e política não se misturam, é porque ainda não conhece o novo patrocinador do América de Rio Preto. Trata-se de uma bebida energética denominada “Bolsomito”, em referência ao presidencial do PSL. Mais que uma mera homenagem, aliás, a marca tem como garotos-propaganda o próprio Bolsonaro e o ator Alexandre Frota. O tal do Bolsomito nasceu de uma ideia dos empresários rio-pretenses Fabio Bezerra da Silva e Frederico Peres Michel, que disseram ter adotado o nome por acreditarem nos “ideais” de Bolsonaro e pela “vitalidade” dele. “Apesar da idade (63 anos), ele é um cara bastante enérgico e com disposição”, afirmou Frederico, que esteve em Brasília com o próprio presidencial e obteve a bênção para utilizar o Bolsomito. A dupla disse que não repassa um centavo a Bolsonaro pela marca que é associada a ele. Os dois resolveram patrocinar o América, mas negam que o objetivo seja – ao menos diretamente – fazer campanha para Bolsonaro. O Rubro já ostentou o “Bolsomito” na camisa na sua estreia na 4ª divisão, na vitória sobre o Catanduvense. “Deu sorte”, afirmou Fabio. O presidente do América, Zé Branco, afirmou não ver problema em ter um patrocinador que faz referência a um político. O preço do patrocínio é de cerca de R\$ 1 mil por mês. Mas disse que, se for irregular, vai “botar fogo em todas as camisas”. Consultado pela Conexão Capivara, o promotor Sergio Clementino afirmou que, ainda, o patrocínio não está proibido. “Como a campanha não começou, ainda não valem as regras para a propaganda eleitoral. Hoje a promoção pessoal, desde que não seja com dinheiro público, é permitida. A partir do momento em que se registram as candidaturas (agosto), aí poderá ser impugnada na Justiça Eleitoral. O que não pode hoje é pedir voto diretamente. Foram criativos”, afirmou Clementino.



A REBELIÃO DE VERA LÚCIA Ela bem que gostaria de repetir a história de Lula, que saiu de Garanhuns (PE) para a Presidência da República. Mas sabe que isso é praticamente impossível. Mesmo assim, a também pernambucana Vera Lúcia (foto) é a pré-candidata a presidente pelo PSTU, aquele que pode ser considerado atualmente o mais radical partido de esquerda. Ontem (13) à noite, enquanto PT, PSOL, PCdoB, PCB e PCO realizam ato no Centro Cultural Vasco em defesa do ex-presidente Lula, Vera discursava aos simpatizantes no Sindicato dos Correios. Em entrevista à rádio CBN, ela defendeu a prisão de Lula e, apesar de não declarar apoio integral à Lava-Jato, afirmou que “lugar de político corrupto é atrás das grades e devolvendo o que roubou para o povo”. O discurso é radical mesmo: ela insiste na luta de classes e propõe que o trabalhador se rebele contra seus patrões. Segundo Vera, todo patrão – seja ele de pequenas ou grandes empresas – é essencialmente um “explorador”. “Eles precisam do lucro gerado pelo trabalho do empregado. Todos são exploradores”, afirmou. Perguntada, então, se não seria melhor manter um discurso de diálogo em vez de apostar em uma guerra entre patrões e empregados, Vera lançou: “Foi isso que o PT fez, se aliando a grandes grupos e banqueiros. E o resultado está aí”, afirmou a radical pré-candidata a presidente.



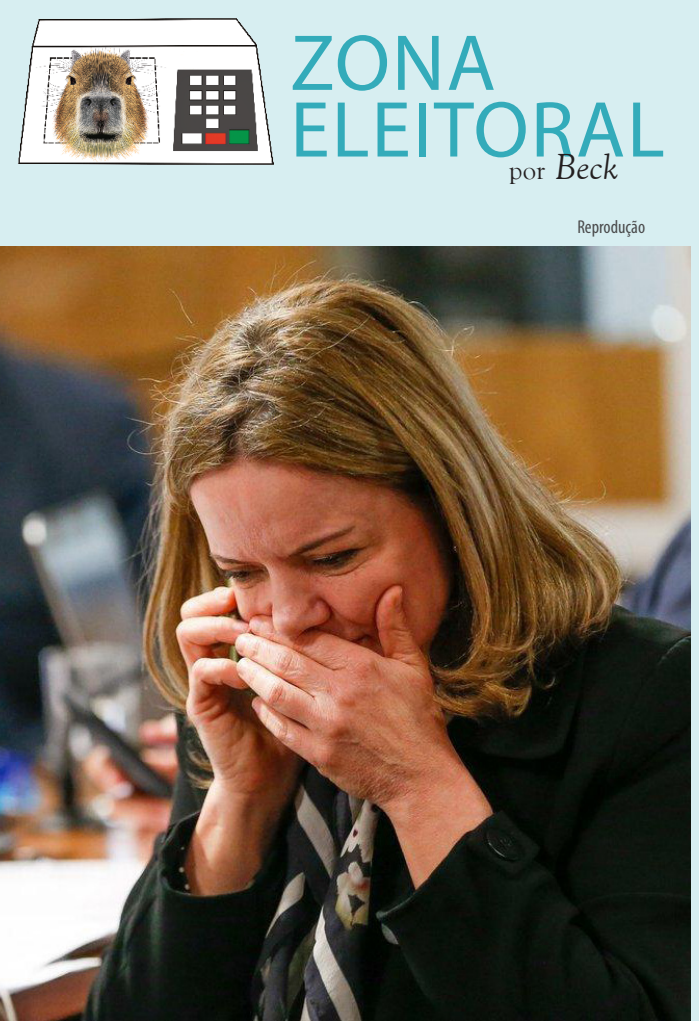
CAPIVARAS PENSANTES Márcio Corrêa

Pelo número de memes baseados em fake news, a rigidez e a intransigência nas opiniões

POSTADO NO



eu já sei o que acontece: estou lidando com robôs... Ou serão zumbis?



Chora não, Gleisi: seu nome ficou ótimo com a alcunha “Lula”

Homo bajuladoris

Olar, brazeee! Bom dia pra você que está incluindo em seu nome parlamentar’ o sobrenome ou apelido de seu político de estimação.

[Pausa para um Rivotril sublingual]

Muito que bem, quem somos ‘nozes’ para dizer que isso ou aquilo está errado, não é mesmo? Mas isso também não nos impede de pensar que essa ‘modinha’ é a tendência mais ridícula desde o advento do homo bajuladoris (ou “Homem Bajulador”, como prefere Berenice Du Lar, nossa sábia historiadora e arqueóloga).

Pra você que acaba de acordar do coma político, a gente explica: essa chinagem toda começou ainda no fim de semana passado, quando correligionários do ex-presidente e agora presidente, Lula da Silva, decidiram incluir em seus nomes parlamentares a alcunha... “Lula”.

A primeira da fila a solicitar a mudança foi a senadora petista Gleisi Hoffmann, que o fez logo na segunda-feira (9). Corajosa e destemida, Gleisi ainda postou foto do documento de solicitação em seu Twitter. Sim, as reações foram as melhores.

[Pausa para outro Rivotril]

Daí pra ‘modinha’ respingar em Rio Preto, mais exatamente na Câmara Municipal de Vereadores, foi questão de dias. Mas a gente não vai citar novamente o vereador que solicitou a mudança do seu nome porque a coluna já o fez na edição desta sexta (13), Dia Nacional do Azar.

Se você não leu, favor dirigir-se ao site do Dhoje e caçar o link. Porque hoje é sábado e ‘noixx’ não estamos nem um pouco a fim de se prolongar. Pela atenção, obrigado.